

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM DENISE ROTHENBURG E EDUARDA ESPOSITO)
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Furacão fake

Assim como ocorreu no Rio Grande do Sul, autoridades norte-americanas tiveram de atuar para conter outra tragédia de nossos tempos: a desinformação. O presidente Biden repudiou as declarações espalhadas por Donald Trump de que a ajuda às vítimas do furacão seria de apenas US\$ 750. “Que coisa ridícula de se dizer. Não é verdade”, reagiu o chefe da Casa Branca.

Maldade digital

No Brasil, o governo Lula acionou a Polícia Federal (PF) para investigar fake news na tragédia gaúcha, em maio. Para o ministro Paulo Pimenta, tratava-se de uma ação orquestrada. “O que leva uma pessoa a sentar atrás de um computador e produzir desinformação e divulgar isso de forma industrial? É difícil até entender, no meio de uma tragédia, o que leva uma pessoa a fazer uma coisa dessas”, disse, em entrevista.

Estremecidos

A eleição municipal deixou sequelas na relação entre o PP e o PL no Senado, e arrisca rachar estratégias da oposição por lá. O presidente do PP, Ciro Nogueira, disse com todas as letras que o ex-presidente Jair Bolsonaro, aconselhado pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), “cometeu o erro absurdo” de não apoiar a candidatura da prefeita Adriana Lopes (PP) à Prefeitura de Campo Grande. À Globonews, Nogueira disse ainda que pessoas do PL “com projetos pessoais não pensaram no presidente”.

Mágoa eleitoral

Marinho foi coordenador do PL para as eleições municipais. Nogueira chegou a pedir a Bolsonaro que ele apoiasse Adriana, mas não conseguiu convencê-lo. Porém, atribui tudo a Marinho. Agora, com Adriana no segundo turno e Beto Pereira (União Brasil) fora do páreo, a tendência é de o PL ficar com Adriana, que já tem o apoio da senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra de Bolsonaro.

Milton e o alerta para mudanças climáticas

O impressionante rastro de destruição do furacão Milton nos Estados Unidos é o mais novo alerta da força devastadora da natureza em tempos de mudanças climáticas. No Brasil, ainda são recentes os efeitos da temporada de incêndio, bem como a trágica cheia no Rio Grande do Sul. Não faltam motivos para governos enfrentarem de forma definitiva a escalada da crise ambiental no século 21.

Chama a atenção, nos EUA, a mobilização preventiva das autoridades antes da chegada do cataclismo provocado por Milton. O presidente

Joe Biden, por exemplo, alertou, ontem e hoje, sobre a necessidade urgente de a população do estado da Flórida abandonar as áreas de risco. O governo estadual também tem se mostrado diligente para evitar mortes.

Está claro que a qualidade e a velocidade da resposta dos poderes públicos a eventos extremos serão, cada vez mais, um fator-chave para mitigar os efeitos de tragédias climáticas. Para apresentar melhores resultados, a coordenação entre União, estados e municípios não deve ser apenas emergencial.



Tributária é desafio

O plano de trabalho da reforma tributária a ser apresentado pelo relator Eduardo Braga (MDB-AM), na semana que vem, ficará no limite para aprovação este ano. E o maestro será o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Se ele sentir firmeza na manutenção das alterações que o Senado fará ao texto, mandará ainda este ano para a Câmara. Caso contrário, ficará para análise no ano que vem.

Muita calma nessa hora

O PSB anunciou apoio a Davi Alcolumbre (União-AP) na disputa para presidente do Senado, mas vai demorar para fazer o mesmo em relação à Presidência da Câmara. O presidente do partido, Carlos Siqueira, tem dito a amigos que o quadro ali ainda está muito confuso para qualquer decisão.

Plano para 2025

A JBS planeja exportar para o Brasil os produtos de suas empresas italianas de presunto San Daniele, parecido com o Parma, porém mais suave e com um processo de fabricação mais elaborado. A ideia é começar essa exportação no próximo ano.

Cooperação internacional

Nos voos da FAB que partem do Líbano com famílias que fogem da guerra, há cidadãos uruguaios e paraguaios. Eles embarcaram a pedido de seus respectivos países. Segundo o Itamaraty, trata-se de um procedimento de praxe em tempos de crises, e que brasileiros também foram ajudados antes por outros Estados. Um trabalho de diplomacia em prol da vida humana.

PODCAST DO CORREIO

“Erramos na regulação das bets”

Deputado Reginaldo Lopes considera que a lei tem lacunas, facilita o acesso e não educa para o convívio com o jogo on-line

» EDUARDA ESPOSITO
» RAFAELA GONÇALVES

As investigações por suspeitas de serem “lavadarias” de dinheiro sujo e o endividamento e beneficiários do Bolsa Família que têm utilizado a ajuda financeira do governo federal para fazer apostas na internet — conforme apontou levantamento elaborado pelo Banco Central (BC) e divulgado em 24 de setembro — mostram que o governo federal falhou ao tratar da questão. A avaliação é do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), vice-líder do governo na Câmara, em entrevista concedida ontem ao *Podcast do Correio*. Para ele, há sérias lacunas em pontos, como a publicidade e a saúde mental dos jogadores.

Na visão do parlamentar, a lei em vigor é insuficiente para a quantidade de problemas ligados ao setor de apostas no país. “Sem uma cultura de planejamento financeiro, ao não regular essas propagandas, houve um efeito de epidemia. Ou seja: levou parte da população brasileira a acreditar que o caminho para resolver a sua baixa renda per capita, a possibilidade de se tornar ou de ficar rica é pela via da jogatina, dos jogos de azar, dos jogos on-line. Então, de fato, nós erramos”, reconheceu.

O estudo técnico do BC aponta que cerca de R\$ 3 bilhões foram usados em apostas por beneficiários do Bolsa Família, em agosto. O parlamentar avalia que se trata de um grande indicativo de que o país vive uma “verdadeira epidemia da jogatina”.

Segundo Lopes, a população de baixa renda é justamente a mais vulnerável ao vício, por acreditar na apostas on-line está uma “chance de enriquecer”. “Isso demonstra a fragilidade e a

falta de planejamento e de educação financeira. Demonstra a falta de políticas públicas do nosso país em relação a essas famílias”, destaca o deputado. Para ele, há que se fazer um esclarecimento de que os jogos de aposta não podem ser tratados como se fossem investimento.

Questão de saúde

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o jogo compulsivo é como uma doença e se enquadra em casos como a dependência de álcool, por exemplo. Para Lopes, essa “epidemia” reflete uma outra dívida do governo federal com a sociedade: a falta de políticas públicas voltadas para a saúde mental, situação que se agravou a partir da pandemia de covid-19. “O Brasil precisa ter política pública de saúde mental. Subestimamos os impactos da pandemia e não criamos uma política de Estado para a saúde mental das pessoas. Então, acho que nós estamos devendo à sociedade brasileira um amplo programa nacional de políticas públicas. Cada vez mais, o mundo tecnológico, o mundo digital, o mundo da ilusão das redes sociais, o mundo do Instagram leva as pessoas a viver uma realidade que não é sua. E a achar que aquela realidade é verdadeira. Mas aquela realidade é mentira”, enfatizou.

Por conta dessa constatação, o deputado cobrou do Ministério da Saúde um amplo programa de saúde mental capaz de tratar também o vício em apostas. “As famílias estão com muitas dificuldades e nós não temos, infelizmente, uma política que seja do tamanho dessa necessidade. Se soma ao pós-pandemia, que a gente não cuidou, a epidemia dos jogos, mais uma variável que

Reprodução/YouTube



Sem uma cultura de planejamento financeiro, ao não regular essas propagandas, houve um efeito de epidemia. Ou seja: levou parte da população brasileira a acreditar que o caminho para resolver a sua baixa renda per capita, a possibilidade de se tornar ou de ficar rica é pela via da jogatina, dos jogos de azar, dos jogos on-line. Então, de fato, nós erramos”

compromete a saúde mental das pessoas”, aponta.

Autoexclusão

Um ponto que o deputado acredita que possa colaborar para evitar que a população mais vulnerável seja afetada psicologicamente pelo vício em jogos é a autoexclusão para apostadores. “No Reino Unido, você tem um cadastro de autoexclusão, porque a lei fala do jogo responsável, de fazer educação e de combater o jogador acometido pelo vício.

Eles têm que ser excluídos. Se é um viciado, tem que ser tratado. Então, com base nessa perspectiva, também trago a proposta do cadastro tal como é feito no Reino Unido”, observa.

Para que as apostas on-line não se tornem uma chaga social e debilitem a saúde financeira das famílias, Reginaldo salienta que a experiência de muitas décadas do Reino Unido tem muito a contribuir com o caso brasileiro. “Outra ação que proponho é que temos que limitar o percentual da renda do

cidadão (com as apostas). Com tanta propaganda, com a falta de uma cultura para o planejamento financeiro, temos que limitar. É para ser algo que dá prazer, recreativo. Não é para ficar rico. Para isso, têm outras atividades econômicas que não sejam o jogo. Então, se é recreação, temos que limitar. Um por cento da renda do jogador, do apostador mensal, por exemplo. Sei que têm países que limitam a um pouco menos, mas apresentei uma proposta que é de 1%”, explicou.



Assista à entrevista completa na página do Correio no YouTube

Projetos em curso

PL 3.670/24 — Proíbe a utilização de cartões de crédito e contas bancárias do Bolsa Família em apostas on-line ou físicas, inclusive, as apostas permitidas na Lei 14.790.
PL 3.511/24 — Proíbe a publicidade, a divulgação e a propaganda de empresas e casas de apostas on-line ou físicas, e de produtos ligados a jogos de azar, inclusive, os previstos na Lei 14.790.
PLP 68/24 — Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) para concursos de prognósticos, em meio físico ou virtual, compreendendo todas as modalidades lotéricas, incluindo as apostas de cota fixa e os sweepstakes, as apostas de turfe e as demais apostas.
PL 3.768/24 — Altera a Lei 14.790 para estabelecer medidas de controle de apostas, proibir o pagamento por cartão de crédito, restringir a participação de beneficiários de programas sociais e criar um cadastro nacional de auto exclusão.